

DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA	23. JAN. 1980	CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			

Alqueva no beco da irresponsabilidade

pelos responsáveis do citado projecto, assentam nos números com que pretendem justificar o projecto perante nós, números que foram publicados e que avaliam o caudal integral médio afluente à fronteira portuguesa, anualmente em 3698 milhões de metros cúbicos, número que inclui a água porventura utilizada em Espanha. Com base no montante deste caudal integral, calculado para uma bacia hidrográfica de 47 000 quilómetros quadrados e uma queda pluviométrica média anual, verificada no território espanhol da citada bacia hidrográfica, de 500 milímetros, calculamos nós, para o Alentejo, com uma área de 27 000 quilómetros quadrados e a queda pluviométrica média anual de 630 milímetros, o volume de escorrência de 2676 milhões de metros cúbicos de água. Isso permitiria regar área muito superior ao dobro do que o plano de Alqueva prevê

O "Diário da República" n.º 5 — 1.ª Série, de dia 7 do corrente, insere o despacho narrativo n.º 6/80, assinado por ministros do governo cessante, que ocupa duas páginas referentes ao projecto de Alqueva para justificação do prolongamento da suspensão das obras que irresponsavelmente se iniciaram. Também o 5.º Governo não teve a coragem de definir o que muito nos está prejudicando, tomando apenas a iniciativa de passar a batata quente para a responsabilidade do 6.º Governo. Esperamos que este governo algo mais decida, e avalie em profundidade a forma superficial e até desonesta com que se insiste em desperdiçar dezenas de milhões de contos.

E num empreendimento tão mergulhado em negativa justificação hidro-agrícola, não há a coragem e o bom senso de o fechar de vez ou, pelo menos, de evitar que mais um centavo se gaste, enquanto não for justificada com elementos válidos a sua razão de ser, o que honesta e sinceramente julgamos de impossível.

E as razões negativas já tantas vezes expostas publicamente, que os responsáveis ou simpatizantes nunca contradisseram com valia aceitável, são já bem conhecidas de quase todos os portugueses que pela vida da Nação, e em especial pelo plano em causa, se interessam. Mas esclareça-se e classifiquem-se de mal inten-

cionados todos aqueles que afirmam que se opõem ao plano de Alqueva quem não quer regar o Alentejo, nem quer o seu progresso. Pelo contrário, desejam regar muito maior área por preço muito inferior, sem o risco de fracasso completo de um gasto que contribui para a ruína do Alentejo e do País, uma vez que falte a água em que assentaram tal projecto e seja ruínosa a prática da rega, mesmo que a água exista, dada a sua custosa distribuição por parte das terras cuja aptidão é altamente duvidosa. E a não razão dos argumentos apresentados

pelos responsáveis do citado projecto, assentam nos números com que pretendem justificar o projecto perante nós, números que foram publicados e que avaliam o caudal integral médio afluente à fronteira portuguesa, anualmente em 3698 milhões de metros cúbicos, número que inclui a água porventura utilizada em Espanha. Com base no montante deste caudal integral, calculado para uma bacia hidrográfica de 47 000 quilómetros quadrados e uma queda pluviométrica média anual, verificada no território espanhol da citada bacia hidrográfica, de 500 milímetros, calculamos nós, para o Alentejo, com uma área de 27 000 quilómetros quadrados e a queda pluviométrica média anual de 630 milímetros, o volume de escorrência de 2676 milhões de metros cúbicos de água. Isso permitiria regar área muito superior ao dobro do que o plano de Alqueva prevê

e por outro custo que, com base em regadios recentemente formados no Alentejo, se aproximam de um terço dos previstos para o plano de rega desta província a partir de água bombeada de Alqueva, e sem qualquer riscos como são os que se apoiam na água vinda de Espanha, onde toda ela é insuficiente para beneficiar pelo regadio os terrenos que, na bacia do Guadiana nem tal benefício merecem.

O número de vezes que publicamente fizemos tal demonstração aproxima-se já da vigésima, sem que alguma vez viesse a público um desmentido feito com a necessária e honesta demonstração.

Se tal desmentido não é feito não pode a Nação deixar de acusar também os seus representantes quer do poder executivo quer do legislativo, de serem responsáveis pelo desbarato de dinheiros que consentem e que vão alastrando a outros empreendimentos congêneres.

